



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 0015/2017

PROCESSO Nº 23475.001366/2017-71

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Luzerna** por intermédio da pregoeira, designada pela Portaria nº 26/2017 de 07 de fevereiro de 2017 e da equipe de apoio designados pela Portaria nº 27/2017 de 07 de fevereiro de 2017, sediada na Rua Vigário Frei João, nº 550, Centro, Luzerna/SC, realizará licitação na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, tipo **Menor Preço**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 02, de 11 de outubro de 2010 e nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, e do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Portaria nº 409, de 21 de dezembro de 2016 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data: 20/12/2017

Horário: 09h00min. (Horário Oficial de Brasília – DF)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

Código UASG: 152663

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico completo para edificação de um Prédio Multifunção e da pavimentação interna e passeios, contendo a elaboração de projeto arquitetônico e urbanístico, demais projetos complementares, memorial descritivo e orçamento referência para atender as necessidades do Instituto Federal Catarinense – Campus Luzerna conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e demais anexos.

1.2 A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 26422/152663

Fonte: 0112000000

Programa de Trabalho: 108785

Elemento de Despesa: 33.90.39- 05

PI: L20RLP0100N



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE
Campus Luzerna

Rua Vigário Frei João, 550, centro
Luzerna – CEP 89609-000
(49) 3523-4300



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MP nº 2, de 2010.

4.2 Não poderão participar da presente licitação, os interessados:

- a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- d) que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- e) entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3 Os Licitantes interessados em participar deste Pregão Eletrônico, deverão observar o cumprimento dos requisitos de participação estabelecidos no art. 13 do Decreto 5.450/05.

4.4 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

- a.1** A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;
- b)** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- c)** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- d)** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- e)** Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- f)** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- g)** Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

- 5.1** O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.2** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 5.3** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.4** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5** Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.6** O CNPJ indicado nos documentos da proposta comercial e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação
- 5.7** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

campos:

a) Valor unitário e total do item, e valor total do grupo;

b) Descrição detalhada do objeto, conforme especificações previstas no Termo de Referência, contendo ainda, entre outras, as seguintes informações:

b.1 A proposta deverá especificar detalhadamente o objeto, contemplando todas as especificações técnicas, com descrição detalhada, quantidade de unidades para cada item, valor unitário e valor global, em algarismo, expressos em real, com no máximo duas casas após a vírgula, nas condições e locais constantes no Termo de Referência

b.1.1 No ato de preenchimento da proposta no sistema, pede-se para observarem que o campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” conta com espaço para 5.000 (cinco mil) caracteres, sendo obrigatório o preenchimento do detalhamento do objeto ofertado. (Não serão aceitas somente as descrições que contenham: “idem ao edital”, ou “conforme edital” ou “outras deste gênero

5.8 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.9 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

5.10 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.

5.11 O licitante deverá observar o valor máximo especificado no Termo de Referência, sob pena de desclassificação de sua proposta

5.12 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.12.1 Se por motivo de força maior ou caso fortuito, a adjudicação não puder ocorrer dentro do prazo de validade da proposta, ou seja, 90 (noventa) dias e caso persista o interesse do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Luzerna este poderá solicitar prorrogação geral da validade acima referida, por igual prazo, no mínimo.

5.13 A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, adequada à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM E GRUPO**

6.1.1 O ganhador do grupo será ordenado pelo sistema através da soma total dos itens que o compõem, mas na hora da aceitação o fornecedor terá que estar com o valor ofertado de todos os itens abaixo do estimado, para ser aceito.

6.2 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.3 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

a) A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

b) A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.5 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor Total do item

6.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01%**.

6.8.1 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao Departamento de Logística da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

6.8.2 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.9 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.10 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos

6.11 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.12 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.13 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.14 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.15 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.16 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.17 Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e as empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21 Só se aplica o sorteio quando houver empate entre as propostas e ausência de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

6.22 Se, após o término da fase competitiva, o licitante solicitar pedido de desclassificação de sua proposta ou lance, poderá ele ser submetido a processo administrativo, em cumprimento do art. 7º da Lei nº





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

10.520/02, para apuração da sua responsabilidade quanto à oferta de lance e posterior desistência ou não encaminhamento da proposta quando solicitada, observadas, ainda, as sanções administrativas previstas neste Edital.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MPDG n. 5/2017, que::

7.2.1 Contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.2.2 Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

7.2.3 Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

7.2.4 Não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e produtividade adotada.

7.3 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no anexo VII-A, item 9.4 da IN nº 05/2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.5 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital (**Conforme Anexo V**), por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo máximo de **2(DUAS) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6.1 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.9 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.9.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.10 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.11 No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

7.12 Sendo aceitável a proposta do licitante detentor do menor preço este deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4 Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e trabalhista:

8.5 Habilitação jurídica:





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

8.5.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.5.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.5.5 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.5.6 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.5.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.6 Regularidade fiscal e trabalhista:

8.6.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.6.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.6.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.6.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.6.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.6.6 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

8.6.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais/estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal/Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.6.8 caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.7 Qualificação Econômico-Financeira::

8.7.1 certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

8.7.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.7.2.1 O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (DEZ por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

8.7.2.2 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.7.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.8 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.8.1 Declaração em nome da licitante relacionando os nomes dos membros da equipe técnica que se responsabilizarão pela execução do objeto e do preposto técnico.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

8.8.1.1 No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Contratante.

8.8.2 **Certidão de registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU**, em nome da licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste a área de atuação compatível com a execução do objeto do Edital, emitida pelo CREA ou CAU da jurisdição da sede da licitante, (nos termos do Inciso I, Artigo 30 da Lei 8.666/93);

8.8.3 Certidão de registro de pessoa física no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, em nome dos membros da equipe técnica que se responsabilizarão pela execução do objeto e do preposto técnico com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste a área de atuação compatível com a execução do objeto do Edital, emitida pelo CREA ou CAU da jurisdição da sede da licitante, (nos termos do Inciso I, Artigo 30 da Lei 8.666/93);

8.8.4 As certidões de registro no CREA ou CAU emitidas via Internet somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de veracidade pelo mesmo meio (Internet), podendo a Comissão, se julgar necessário, efetuar a confirmação durante o transcorrer da sessão.

8.8.5 Pelo menos um **Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão da empresa licitante para executar serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação, devidamente registrado no CREA ou no CAU onde fique comprovada a sua responsabilidade técnica na execução de serviços com as características constantes neste Termo de Referência (nos termos dos incisos I e II: do inciso I do § 1º e § 3º, Artigo 30 da Lei 8.666/93).

8.8.6 Pelo menos uma Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA ou CAU, em nome dos profissionais elencados como membros da equipe técnica que se responsabilizarão pela execução do objeto, onde fique comprovada a sua responsabilidade técnica na execução de serviços com as características constantes neste Termo de Referência.

8.8.6.1 A certidão do Acervo Técnico – CAT de que trata o subitem acima, expedida com base no Registro de Acervo Técnico – RAT, nos termos da Resolução nº 1025, de 30 de outubro de 2009, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, e Resolução nº 24, de 06 de junho de 2012, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU-BR, será exigida dos profissionais, legalmente habilitados, conforme resolução nº 1.010, de 2005, do CONFEA e Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 do CAU/BR

8.8.6.2 Será admitida a apresentação de atestados em nome de mais de um profissional da equipe técnica que se responsabilizarão pela execução do objeto.

8.8.6.3 Os profissionais detentores dos atestados apresentados em atendimento ao subitem 8.9.6, deverão participar, necessariamente, como responsáveis técnicos pela execução do objeto.

8.8.7 **Comprovante de que o profissional a que se refere o subitem 8.9.1 integra o quadro de pessoal da licitante.**





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

8.8.7.1 Será considerado integrante do quadro de pessoal da licitante o profissional que for sócio, empregado de caráter permanente, prestador de serviços ou responsável técnico da empresa perante o CREA/CAU. A comprovação de que integra o quadro da licitante será feita: caso sócio, através do contrato social e sua última alteração; caso empregado permanente ou prestador de serviços da empresa, através do Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado ou de qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação da regência da matéria, ou ainda com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

8.8.8 Características consideradas, neste Termo de Referência, como mínimas necessárias para comprovação da capacidade técnica equivalente ou superior ao objeto desta licitação, limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo ao objeto (Súmula nº 263/2011 – TCU), conforme quantidades mínimas a seguir estabelecidas:

GRUPO 1

Projeto de edificação comercial contendo:

- 8.8.8.1 Projeto Arquitetônico = ou > que 1.000,00m²
- 8.8.8.2 Projeto estrutural em concreto armado = ou > que 1.000,00m² ou 150,00m³
- 8.8.8.3 Projeto estrutural em aço = ou > que 250,00m² ou 4.750,00Kg
- 8.8.8.4 Projeto de instalações prediais de água fria = ou > que 1.000,00m²
- 8.8.8.5 Projeto de coleta de águas pluviais = ou > que 250,00m²
- 8.8.8.6 Projeto de sistema de esgoto sanitário e dejetos = ou > que 1.000,00m²
- 8.8.8.7 Projeto elétrico de baixa tensão = ou > que 1.000,00m² ou 30kVA
- 8.8.8.8 Projeto de cabeamento estruturado = ou > que 1.000,00m² ou 120 pontos
- 8.8.8.9 Projeto de sistema preventivo por extintores = ou > que 1.000,00m²
- 8.8.8.10 Projeto de sistema preventivo por hidrantes = ou > que 1.000,00m²
- 8.8.8.11 Projeto de sistema de canalização de GLP = ou > que 1.000,00m² ou 40Kg
- 8.8.8.12 Projeto de sistema de iluminação e sinalização de abandono de local = ou > que 1.000,00m²
- 8.8.8.13 Projeto de sistema de detecção e alarme de incêndio = ou > que 1.000,00m²
- 8.8.8.14 Elaboração de plano de emergência = ou > que 1.000,00m²
- 8.8.8.15 Projeto de sistema de proteção contra descargas atmosféricas = ou > que 1.000,00m²
- 8.8.8.16 Projeto de climatização = ou > que 1.000,00m² ou 250.000BTUs ou 2.250,00m³/h

GRUPO 2

- 8.8.8.17 Projeto urbanístico de sistema viário = ou > que 700m²
- 8.8.8.18 Projeto de drenagem pluvial = ou > que 700m²
- 8.8.8.19 Projeto de terraplanagem = ou > que 500m³
- 8.8.8.20 Projeto de pavimentação = ou > que 700m²
- 8.8.8.21 Projeto de sinalização viária = ou > que 700m²
- 8.8.8.22 Projeto de iluminação pública = ou > que 700m

8.9. Atestado de **VISTORIA/NÃO VISTORIA** assinado pelo servidor responsável na forma do **Anexo IV** deste Edital.

8.10 O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.11 Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema comprasnet, no prazo de 2 horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail licitacao@luzerna.ifc.edu.br. Posteriormente, quando por interesse da administração for solicitado, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 3 dias úteis, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload) ou e-mail.

8.11.1 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12 A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 11.10.10.

8.12.1 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.13 Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (DUAS) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.14 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.14.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.15 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.16 A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes,





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.17 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.18 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.19 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.20 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 Ser datilografada ou impressa. As especificações do objeto terão que ser redigidas com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, descrevendo as características do objeto ofertado, em conformidade com a descrição do Termo de Referência, rubricadas todas as suas folhas, exceto a última que conterá data, nome, cargo e assinatura do responsável ou representante legal da empresa, podendo utilizar o formulário do **ANEXO V** deste Edital.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

10.1.2 Fazer menção ao número deste Edital, conter a razão social da licitante, seu CNPJ/MF e endereço completo, Fone, e-mail, Fax e Nome do Representante. A ausência do CNPJ e/ou endereço completo poderá ser preenchida pelos dados constantes no sistema eletrônico.

10.1.3 Indicar o **preço unitário**, bem como o **preço total por item e por grupo**

10.1.4 Fazer constar na proposta de preço oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

10.1.5 Conter informações do **Banco**, a **Agência**, a **Cidade** praça de pagamento e o **número da Conta-Corrente**, para a emissão da Ordem Bancária de pagamento do objeto.

10.1.6 As propostas deverão ter validade mínima de 90 (**noventa**) dias corridos, contados da data estabelecida no **item 2.1 deste Edital**.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

11. DOS RECURSOS

11.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2.4 O Pregoeiro terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apreciar o recurso, reconsiderando a sua decisão ou nesse mesmo período encaminhá-lo ao Diretor-Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Luzerna, devidamente informado para apreciação e decisão no mesmo prazo



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

11.2.5 Não serão conhecidos os recursos interpostos enviados por fac-símile ou com os respectivos prazos legais vencidos

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Luzerna, Rua Vigário Frei João, 550, Bairro Centro, cidade de Luzerna CEP: 89609-000, no horário de 07h30min as 11h30min e 13h00min as 17h00min..

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1 Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência será de 360 (TREZENTOS E SESSENTA) DIAS, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato.

13.2 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

13.2.1 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.4 O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14. DO REAJUSTE

14.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

15.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

17. DO PAGAMENTO

17.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo **de 30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1 Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

17.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3 A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data final do período de adimplimento da parcela da contratação a que aquela se referir.

17.4 A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela Contratada de acordo com os seguintes procedimentos::

17.4.1 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

17.4.2 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

17.5 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

17.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.7 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.7.1 não produziu os resultados acordados;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

17.7.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.7.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.8 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.9 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.10 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.14 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

17.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1993.

17.15.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.15.2 Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

17.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

18.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

18.1.2 apresentar documentação falsa;

18.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

18.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.5 não mantiver a proposta;

18.1.6 cometer fraude fiscal;

18.1.7 comportar-se de modo inidôneo;

18.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.3.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.3.2 Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

18.3.3 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

18.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

18.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

18.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.8 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos em favor da União ou deduzidos da garantia ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.9 Caso a Contratante determine a multa deverá esta ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Luzerna.

18.10 As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

18.11 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

19.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@luzerna.ifc.edu.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Luzerna, Rua Vigário Feri João-550, Bairro Centro - Luzerna – SC, CEP: 89609-000, A/C Setor de Compras e Licitações - Pregoeiro, no horário de 08h00min as 12h00min e 13h00min as 17h00min;

19.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos setores responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

19.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no seguinte endereço: licitacao@luzerna.ifc.edu.br

19.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.7 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

20.2 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.3 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

20.4 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Instituto Federal Catarinense ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar seu julgamento e decisão. - Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

20.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.5.1 As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

20.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.8 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação

20.8.1 Os documentos enviados por meio do anexo do Sistema Comprasnet/ComprasGovernamentais, a partir da utilização de chave de identificação pessoal e intransferível, nos termos do art. 3º e parágrafos c/c o art. 30, § 1º do Decreto 5.450/2005, serão presumidos verdadeiros e válidos para todos os efeitos legais.

20.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Luzerna, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

20.10 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.11 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.12 A Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Câmpus Luzerna poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

20.13 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

20.14 O órgão promotor do certame não disponibilizará suas instalações bem como equipamentos ou conexões com o provedor do sistema eletrônico às licitantes interessadas em participar deste Pregão.

20.15 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br e <http://www.luzerna.ifc.edu.br>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Vigário Feri João-550, Bairro Centro - Luzerna – SC, CEP: 89609-000, A/C Setor de Compras e Licitações - Pregoeiro, no horário de 08h00min as 12h00min e 13h00min as 17h00min; mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

20.15.1 As licitantes, após a publicação oficial deste Edital, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso aos sítios mencionados no subitem, das eventuais republicações e/ou retificações de edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

20.16 Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

20.17 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

20.18 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Termo de Contrato

ANEXO III – Termo de Nomeação de Preposto

ANEXO IV – Declaração de Vistoria/Não Vistoria

ANEXO V – Modelo de Proposta de Preço

ANEXO VI – Relatório de Sondagem, Plano Altimétrico e Planta dos Terrenos do IFC Campus Luzerna.

21. DO FORO





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

21.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Joaçaba/SC, Subseção Judiciária de Joaçaba, Seção Judiciária de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro. (ACRÉSCIMO)

Luzerna (SC), 06 de dezembro de 2017

Direção-Geral





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

ANEXO I – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0015/2017

PROCESSO Nº 23475.001366/2017-71

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico completo para edificação de um **Prédio Multifunção e da pavimentação interna e passeios**, contendo a **elaboração de projeto arquitetônico e urbanístico, demais projetos complementares, memorial descritivo e orçamento referência** para atender as necessidades do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Luzerna conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e demais anexos.

Grupo	Item	Especificação	UN	Qtd	Valor Unitário (máximo aceitável)	Valor Total (máximo aceitável)
1	1	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico e para edificação, contendo a elaboração de estudo preliminar e ART ou RRT de estudo para construção de um prédio Multifunção	unid	1	6.166,67	6.166,67
	2	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico para edificação, contendo a elaboração de projeto arquitetônico preliminar e ART ou RRT de projeto para construção de um prédio multifunção.	m²	2.400	7,50	18.000,00
	3	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico para edificação, contendo a elaboração de projeto arquitetônico e ART ou RRT de projeto para construção de um prédio multifunção.	m²	2.400	9,17	22.000,00
	4	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico para edificação, contendo a elaboração de projeto estrutural em concreto armado e ART ou RRT de projeto para construção de um prédio multifunção.	m²	2.400	8,17	19.600,00
	5	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico para edificação, contendo a elaboração de projeto estrutural em aço para cobertura e ART ou RRT de projeto para construção de um prédio multifunção.	m²	600	6,50	3.900,00



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

6	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico para edificação, contendo a elaboração de projeto de instalações prediais de água fria e ART ou RRT de projeto para construção de um prédio multifunção.	m²	2.400	1,82	4.360,00
7	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico para edificação, contendo a elaboração de projeto de coleta de águas pluviais e ART ou RRT de projeto para construção de um prédio multifunção.	m²	600	2,00	1.200,00
8	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico para edificação, contendo a elaboração de projeto de sistema de esgoto sanitário e dejetos e ART ou RRT de projeto para construção de um prédio multifunção.	m²	2.400	2,02	4.840,00
9	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico para edificação, contendo a elaboração de projeto elétrico de baixa tensão e ART ou RRT de projeto para construção de um prédio multifunção.	m²	2.400	4,50	10.800,00
10	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico para edificação, contendo a elaboração de projeto de cabeamento estruturado e ART ou RRT de projeto para construção de um prédio multifunção.	m²	2.400	2,83	6.800,00
11	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico para edificação, contendo a elaboração de projeto de sistema preventivo por extintores e ART ou RRT de projeto para construção de um prédio multifunção.	m²	2.400	0,93	2.240,00
12	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico para edificação, contendo a elaboração de projeto de sistema preventivo por hidrantes e ART ou RRT de projeto para construção de um prédio multifunção.	m²	2.400	1,40	3.360,00
13	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico para edificação, contendo a elaboração de projeto de sistema de canalização de GLP e ART ou RRT de projeto para construção de um prédio multifunção.	m²	2.400	0,83	2.000,00



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

14	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico para edificação, contendo a elaboração de projeto de sistema de iluminação e sinalização de abandono de local e ART ou RRT de projeto para construção de um prédio multifunção.	m²	2.400	0,67	1.600,00
15	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico para edificação, contendo a elaboração de projeto de sistema de detecção e alarme de incêndio e ART ou RRT de projeto para construção de um prédio multifunção.	m²	2.400	0,83	2.000,00
16	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico para edificação, contendo a elaboração de plano de emergência e ART ou RRT de elaboração para construção de um prédio multifunção.	m²	2.400	0,57	1.360,00
17	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico para edificação, contendo a elaboração de projeto de sistema de proteção contra descargas atmosféricas e ART ou RRT de projeto para construção de um prédio multifunção.	m²	2.400	2,00	4.800,00
18	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico para edificação, contendo a elaboração de projeto de climatização com renovação do ar e ART ou RRT de projeto para construção de um prédio multifunção.	m²	2.400	2,00	4.800,00
19	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico para edificação, contendo a elaboração de memoriais descritivos e ART ou RRT de memoriais para construção de um prédio multifunção.	unid	11	1.633,33	17.966,67
20	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico para edificação, contendo a elaboração de planilha orçamentária referência e ART ou RRT de orçamento para construção de um prédio multifunção.	unid	1	4.034,67	4.034,67
21	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico para edificação, contendo a elaboração de cronograma físico-financeiro referência e ART ou RRT de orçamento para construção de um prédio multifunção.	unid	1	1300,00	1300,00



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

	22	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico para edificação, contendo atividades complementares para construção de um prédio multifunção.	unid	1	6.000,00	6.000,00
2	23	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico, contendo a elaboração de estudo preliminar e ART ou RRT de estudo para pavimentação interna e passeios .	unid	1	3.333,33	3.333,33
	24	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico, contendo a elaboração de projeto preliminar e ART ou RRT de projeto para pavimentação interna e passeios .	m²	1.500	5,33	8.000,00
	25	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico, contendo a elaboração de projeto urbanístico de sistema viário e acessibilidade e ART ou RRT de projeto para pavimentação interna e passeios .	m²	1.500	6,33	9.500,00
	26	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico, contendo a elaboração de projeto de drenagem pluvial e ART ou RRT de projeto para pavimentação interna e passeios .	m²	1.500	3,50	5.250,00
	27	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico, contendo a elaboração de projeto de terraplanagem e ART ou RRT de projeto para pavimentação interna e passeios .	m²	1.500	2,17	3.250,00
	28	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico, contendo a elaboração de projeto de pavimentação e ART ou RRT de projeto para pavimentação interna e passeios .	m²	1.500	2,33	3.500,00
	29	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico, contendo a elaboração de projeto de sinalização e ART ou RRT de projeto para pavimentação interna e passeios .	m²	1.500	2,27	3.400,00
	30	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico, contendo a elaboração de projeto de iluminação pública e ART ou RRT de projeto para pavimentação interna e passeios .	m²	1.500	4,00	6.000,00
	31	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico, contendo a elaboração de memoriais descritivos e	unid	6	1.500,00	9.000,00





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

		ART ou RRT de memoriais para pavimentação interna e passeios.				
32		Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico, contendo a elaboração de planilha orçamentária referência e ART ou RRT de orçamento para pavimentação interna e passeios.	unid	1	4.900,00	4.900,00
33		Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico, contendo a elaboração de cronograma físico-financeiro referência e ART ou RRT de orçamento para pavimentação interna e passeios.	unid	1	933,33	933,33
34		Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico, contendo atividades complementares para pavimentação interna e passeios.	unid	1	6.000,00	6.000,00

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Solicita-se a contratação de empresa especializada para elaboração de projeto de engenharia para suprir as necessidades de infraestrutura que ainda temos por implantar em nosso campus. Tal solicitação, tem por base a intenção de possuir projeto civil, que possa ser executado, caso os recursos necessários para tal expansão, sejam aportados na Rede Federal.

Pensando sempre na melhor forma de utilizar os recursos públicos, a seguir, traremos nossas justificativas para esta nova proposta, tendo em vista o retrospecto sobre as obras realizadas, bem como sobre o terreno que temos a disposição para possíveis ampliações da nossa estrutura física.

Antes no entanto, devemos enumerar quais são as necessidades do campus Luzerna, listadas nos diversos documentos que visavam revelar as necessidades de infraestrutura das unidades da Rede Federal. Pela nossa ordem de prioridades, temos:

- Ginásio de esportes
- Pavimentação das vias internas (urbanização do campus)
- Auditório
- Refeitório
- Ampliação do Bloco B
- Garagem de veículos Oficiais
- Área de Convivência
- Muro de contenção

Tais obras, seguindo o modelo tradicional de execução que o IFC vem realizando, teriam um custo muito elevado para sua total implantação, sem falar que seriam obras realizadas uma a uma, tendendo a levar um tempo considerável para sua total execução – não menos de 05 anos.

Ainda, cabe salientar que o projeto do Ginásio de Esportes, segundo a natureza e finalidade da obra, seguiria sendo nossa prioridade, inclusive com projeto praticamente adequado e com planilhas atualizadas. A outra obra, que continuaria como prioridade, seria a Urbanização do Campus, projeto que hoje estaria a cargo do setor de engenharia do IFC.

Contudo, as outras obras, poderiam ser tratadas de forma diferente, visando a economicidade, o aproveitamento otimizado do terreno que dispomos e uma rápida solução (talvez um ano e meio) para a implantação total das outras necessidades que temos hoje.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

Este pedido visa a Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico completo, para edificação de um Prédio Multifunção e da pavimentação interna e passeios com a elaboração de projeto arquitetônico e urbanístico, demais projetos complementares, memoriais descritivos e orçamento referência.

GRUPO 01

- Finalidade da edificação: Prédio Multifunção para abrigar refeitório e convivência, Biblioteca, sala de professores, sala de atendimento individualizado para alunos, sala de coordenações de curso, coordenação de pesquisa, extensão e estágio, CIS e CPPD, centro acadêmico e grêmio estudantil e auditório.
- Local a ser implantado: Área nas imediações do Bloco Administrativo em terreno situado na Rua Vigário Frei João, nº 550, Centro, Luzerna, SC.
- Área aproximada a ser projetada: Aproximadamente 2.400 m²
- Gabarito (número de pavimentos): 04

Considerando as duas obras que necessitamos (auditório e refeitório), teríamos que orçar a implantação de um canteiro de obras além de fundações para as duas obras, encarecendo substancialmente o valor global, nas duas obras, sem falar que ocuparíamos duas áreas, consideradas edificáveis do nosso terreno, impossibilitando a ocupação futura para qualquer outra finalidade, inviabilizando expansão.

Assim, de acordo com esta nova proposta, ocuparíamos uma única área, inicialmente indicada para receber o auditório, totalizando cerca de 600 m² de superfície, na qual já existe sondagem do terreno. As soluções de engenharia diminuiriam os custos, pois só teríamos as fundações do prédio, um único canteiro de obra a ser implantado, sem falar que ocuparíamos apenas uma área, deixando o terreno que dispomos, com a possibilidade de receber uma futura expansão, ou mesmo destinar para outras atividades.

Lembrando que na avaliação do SINAES, temos uma indicação de que não dispomos do número suficiente de salas de aula para atendermos os cursos de engenharia. No entanto, ao prevermos o 2º e o 3º pavimento, estamos automaticamente, ampliando as salas de aula e espaços do Bloco B, proporcionando um ganho significativo de ambientes. Hoje, nas dependências do Bloco B, existem 02 salas de aula, 02 salas de coordenações e a sala do DDE, que são utilizadas como espaços administrativos, onde deveríamos ter salas de aula. Além de utilizar espaço necessário para fins específicos da instituição, causam insatisfação pelo fato de não proporcionar o mesmo espaço para cada um dos professores, pois as duas salas não são suficientes para a acomodação de todos os professores que temos. Se formos considerar o modelo da SETEC 70/45, onde poderemos chegar, em uma possível ampliação, ao número de 70 professores (temos atualmente 46), fatalmente este espaço seria insuficiente.

No mesmo Bloco B, temos também a biblioteca. A área total destinada para acervo, salas de estudo, espaço de pesquisa e ambiente administrativo de tratamento técnico, é considerada pequena para o número de alunos e de consultas que tal ambiente possui. Novamente, pelo fato de construirmos este espaço no novo prédio, o espaço onde hoje temos a biblioteca, é suficiente para mais 04 salas de aula, tornando possível, inclusive, a abertura de um novo curso, sem a necessidade de um novo prédio de ensino.

GRUPO 02

- Finalidade: Acessibilidade às edificações e limitação do trânsito e estacionamento de veículos.
- Local a ser implantado: Toda a área de Campus fazendo a interligação das edificações em terreno situado na Rua Vigário Frei João, nº 550, Centro, Luzerna, SC.
- Área aproximada a ser projetada: Aproximadamente 1.500 m².
- Concepção: Pavimentação asfáltica e lajotas de concreto.

O projeto deverá apresentar soluções para proporcionar a acessibilidade de todas as pessoas as edificações do Campus, interligando-as através de passeios pavimentados.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

O projeto deverá apresentar soluções para proporcionar o trânsito de veículos no interior do Campus através de vias pavimentadas e minimizando o conflito com os pedestres.

O projeto deverá apresentar soluções para proporcionar o estacionamento de veículos no interior do Campus em número de vagas pavimentadas suficientes para atendimento das exigências legais.

Quanto à escolha da modalidade pregão eletrônico, e a consideração quanto ao fato de se concluir que é serviço comum o objeto pretendido, abaixo apresenta-se as justificativas:

- O TCU por meio da Súmula nº 257 consolidou seu posicionamento quanto ao cabimento do pregão para contratação de serviços comuns de engenharia: “O uso do pregão nas contratações de **serviços comuns de engenharia** encontra amparo na Lei nº 10.520/2002.” A citada súmula foi aprovada pelo Acórdão nº 841/2010 – Plenário, no qual a Corte de Contas entendeu que o pregão deve ser utilizado para a contratação de serviços de engenharia comuns, a fim de propiciar a ampliação da competitividade e a obtenção de pro-postas mais vantajosas.

- Nos termos do art 1º, da Lei nº 10.520/02, a modalidade pregão destina-se à contratação de bens e ser-viços comuns:

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

-A referida Lei não ressalva a utilização do pregão para o objeto pretendido, se o objeto, no caso con-creto, apesar de configurar atividade intelectual, puder ser definido por meio de critérios objetivos, segundo descrição tradicionalmente encontrada no mercado, sendo assim viável a seleção da melhor oferta apenas em função do menor preço, sendo possível então a contratação por meio do pregão, ou seja, o objeto pretendido atende as características elencadas, logo podemos considerar serviço comum e realiza-lo através de pregão eletrônico.

- Além disso, não há nenhuma razão objetiva para que serviço de engenharia não possa ser licitado por pregão, uma vez que essa modalidade já demonstrou ser um avanço em termos de confiabilidade, universali-dade e igualdade entre os competidores. Partindo-se de uma definição técnica suficientemente estruturada, ou seja, de um projeto básico bem elaborado, a licitação de serviços de engenharia comuns por pregão resultará invariavelmente no sucesso da contratação. A modalidade representa um ganho para a Administração Pública e, conseqüentemente, para toda a sociedade, e deve ser aplicada sempre que não seja comprometida a segu-rança da execução do objeto contratado.

Os itens foram agrupados pois é necessário que uma mesma empresa produza todos os projetos refe-rente a mesma finalidade.

3. CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 Os itens que integram o objeto da presente licitação enquadram-se na classificação de serviço comum, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

3.1.1 Conforme Art.1ºda Lei 10520 de 2002, para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. E conforme o seu parágrafo único, consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especifica-ções usuais no mercado.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

3.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 A empresa especializada que será contratada para a elaboração de projeto básico completo, para edificação de um Prédio Multifunção e da pavimentação interna e passeios, contendo a elaboração de projeto arquitetônico, demais projetos complementares, memoriais descritivos e orçamento referência para atender as necessidades do Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna elaborará o projeto para uma área pré-definida pelo do Instituto Federal Catarinense – Campus Luzerna, no local abaixo discriminado:

Item	Local	Endereço
1	IFC Campus Luzerna	Rua Vigário Frei João, nº 550, Centro, Luzerna/SC, CEP: 89609-000.
2	IFC Campus Luzerna	Rua Vigário Frei João, nº 550, Centro, Luzerna/SC, CEP: 89609-000.

4.2 Os procedimentos mínimos para a elaboração dos serviços técnicos a serem contratados na elaboração dos projetos serão os seguintes:

4.2.1 Etapa de estudo preliminar:

- a)** Desenvolvimento do programa de necessidades a ser elaborado junto ao contratante (levantamento de todas as atividades a serem desempenhadas e equipamentos a serem utilizados pelos usuários);
- b)** Estudo das características da gleba na qual será implantada a edificação com base na sondagem do solo e levantamento planialtimétrico disponibilizado pelo IFC;
- c)** Estudo da influência das edificações contíguas;
- d)** Levantamento das condicionantes climáticas;
- e)** Levantamento das condicionantes legais com apresentação da consulta de viabilidade;
- f)** Apresentação de Declaração de Vistoria do Imóvel (incluindo características, situação, e providências a serem tomadas previamente para execução da obra, tais como, terraplanagem, remoção de obstáculos, demolições, remoção de ocupantes, canalização de córregos, retirada de árvores etc...) (OF 124 CGINF)

4.2.2 Etapa de projeto preliminar – Nesta etapa deverão ser apresentadas as definições de projeto para discussão com o contratante, onde estarão previstas:

- a)** Solução formal da edificação (plantas, cortes, fachadas, elevações, detalhes, perspectivas, etc.);
- b)** Adequação funcional dos ambientes incluindo acessibilidade;
- c)** Layout;
- d)** Especificação de materiais;

4.2.3 Etapa de projeto básico:





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

4.2.3.1 Projeto Arquitetônico - nos itens a seguir serão descritos os conteúdos mínimos de cada desenho a ser apresentado:

- a) Planta de situação (mostra o arranjo recíproco do terreno com o entorno);
- b) Planta de locação (indica como a edificação estará implantada no terreno);
- c) Planta de edificação (desenho que representa todas as particularidades de um edifício projetadas numa superfície horizontal.);
 - Plantas dos pavimentos;
 - Planta de cobertura
- d) Cortes (representam os elementos seccionados por um plano vertical longitudinal ou transversal e os elementos em vista além do plano);
- e) Fachada (representação da vista ortogonal da edificação);
- f) Elevação (representações de vistas ortogonais a um plano específico);
- g) Detalhes ou ampliações;
- h) Quadros (os principais quadros empregados são o quadro de áreas e o quadro de esquadrias, podendo outros quadros serem incluídos conforme a necessidade.);
- i) Memorial descritivo (deve especificar todos os materiais e serviços a serem executados, estipulando as condições mínimas de qualidade, tipo, modelo, cor, características técnicas e sem definição de marcas (Lei 8666/93)).

4.2.3.2 Projetos estruturais - nos itens a seguir serão descritos os conteúdos mínimos de cada desenho a ser apresentado.

4.2.3.2.1 Projeto de elementos fundações e infra-estrutura:

- a) Planta de locação dos elementos estruturais;
- b) Planta de cargas;
- c) Planta de dimensionamento das peças estruturais;
- d) Planta de formas;
- e) Detalhamentos;
- f) Quadro resumo de materiais

4.2.3.2.2 Projeto de Superestrutura em concreto armado moldado in loco:

- a) Planta de formas;
- b) Cortes;
- c) Planta de locação dos elementos estruturais;
- d) Detalhamento das peças estruturais;
- e) Planta estrutural da laje (dimensionamento e montagem);
- f) Quadro resumo de materiais;

4.2.3.2.3 Projeto de Superestrutura em aço para cobertura:

- a) Planta de locação dos elementos estruturais;
- b) Cortes;
- c) Dimensionamento das peças estruturais;
- d) Detalhamento das peças estruturais;
- e) Quadro resumo de materiais.

4.2.3.2.4 Memorial descritivo (deve especificar todos os materiais e serviços a serem executados, estipulando as condições mínimas de qualidade, tipo, modelo, cor, características técnicas e sem definição de marcas (Lei





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

8666/93).

4.2.3.3 Projetos hidráulico e sanitário, nos itens a seguir serão descritos os conteúdos mínimos de cada desenho a ser apresentado:

4.2.3.3.1 Projeto de instalações prediais de água fria:

- a) Planta de situação ao nível da rua;
- b) Planta de cada pavimento (pavimento tipo, térreo, garagem, subsolo, cobertura, etc.);
- c) Detalhamento em perspectiva isométrica;
- d) Detalhamento de elementos que se fizerem necessários;
- e) Esquema vertical sempre que a obra tiver mais do que um pavimento;
- f) Dimensionamento da capacidade dos reservatórios superior e inferior;
- g) Dimensionamento das redes alimentadoras;
- h) Memória de cálculo dos reservatórios.
- i) Quadro resumo de materiais

4.2.3.3.2 Projeto de coletas de águas pluviais:

- a) Plantas;
- b) Dimensionamento das redes coletoras;
- c) Detalhamento de elementos que se fizerem necessários;
- d) Quadro resumo de materiais

4.2.3.3.3 Projeto de sistema de esgoto sanitário e dejetos:

- a) Planta de situação ao nível da rua;
- b) Planta cada pavimento (pavimento tipo, térreo, garagem, subsolo, cobertura, etc.);
- c) Detalhamento do conjunto de tratamento de afluentes e dejetos; (verificar se existe coleta pública, se sim alterar para “Detalhamento da ligação na rede pública”)
- d) Locação de detalhamento do conjunto de tratamento de afluentes e dejetos;
- e) Detalhamento em planta dos conjuntos sanitários;
- f) Esquema vertical sempre que a obra tiver mais do que um pavimento;
- g) Memória de cálculo do conjunto de tratamento de afluentes e dejetos;
- h) Quadro resumo de materiais.

4.2.3.3.4 Memorial descritivo (deve especificar todos os materiais e serviços a serem executados, estipulando as condições mínimas de qualidade, tipo, modelo, cor, características técnicas e sem definição de marcas (Lei 8666/93).

4.2.3.4 Projetos de sistema preventivo contra incêndio, nos itens a seguir serão descritos os conteúdos mínimos de cada desenho a ser apresentado.

4.2.3.4.1 Sistema preventivo por extintores:

- a) Planta de locação dos equipamentos;
- b) Detalhes dos elementos;
- c) Quadro de especificação;
- d) Quadro resumo de materiais.

4.2.3.4.2 Sistema preventivo por hidrantes:

- a) Planta de cada pavimento (pavimento tipo, térreo, garagem, subsolo, cobertura, etc.);





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

- b) Detalhamento em perspectiva isométrica;
- c) Detalhamento de elementos que se fizerem necessários;
- d) Esquema vertical sempre que a obra tiver mais do que um pavimento;
- e) Dimensionamento da capacidade do reservatório técnico;
- f) Dimensionamento das redes alimentadoras;
- g) Memória de cálculo.
- h) Quadro resumo de materiais

4.2.3.4.3 Instalação de gás combustível – GLP:

- a) Planta de cada pavimento (pavimento tipo, térreo, garagem, subsolo, cobertura, etc.);
- b) Detalhamento em perspectiva isométrica;
- c) Detalhamento de elementos que se fizerem necessários;
- d) Projeto do abrigo ou centra de gás combustível;
- e) Dimensionamento das redes alimentadoras;
- f) Quadro de especificação;
- g) Quadro resumo de materiais

4.2.3.4.4 Sistema de iluminação e sinalização de abandono de local:

- a) Planta de locação dos equipamentos;
- b) Detalhes dos elementos;
- c) Quadro de especificação;
- d) Quadro resumo de materiais.

4.2.3.4.5 Sistema de detecção e alarme de incêndio:

- e) Planta de locação dos equipamentos;
- f) Detalhes dos elementos;
- g) Quadro de especificação;
- h) Quadro resumo de materiais.

4.2.3.4.6 Sistema de proteção contra descargas atmosféricas:

- a) Planta de localização e identificação dos captores, decidas e aterramentos;
- b) Esquema vertical;
- c) Quadro de especificação de materiais;
- d) Detalhes dos elementos;

4.2.3.4.7 Plano de emergência

- a) Plantas internas;
- b) Plantas externas.

4.2.3.4.8 Memorial descritivo (deve especificar todos os materiais e serviços a serem executados, estipulando as condições mínimas de qualidade, tipo, modelo, cor, características técnicas e sem definição de marcas (Lei 8666/93)).

4.2.3.5 Projeto de instalações elétricas nos itens a seguir serão descritos os conteúdos mínimos de cada desenho a ser apresentado.

- a) Planta de cada pavimento;
- b) Plantas de detalhes dos elementos;
- c) Esquemas, diagramas, quadros de carga e alimentação;





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

d) Relação e quantitativos de materiais, serviços e equipamentos;

e) Memorial descritivo (deve especificar todos os materiais e serviços a serem executados, estipulando as condições mínimas de qualidade, tipo, modelo, cor, características técnicas e sem definição de marcas (Lei 8666/93)).

4.2.3.6 Projeto de instalações de cabeamento estruturado, nos itens a seguir será descrito os conteúdos mínimos de cada desenho a ser apresentado.

a) Planta de cada pavimento;

b) Plantas de detalhes dos elementos;

c) Esquemas, diagramas e quadros;

d) Relação e quantitativos de materiais, serviços e equipamentos;

e) Memorial descritivo (deve especificar todos os materiais e serviços a serem executados, estipulando as condições mínimas de qualidade, tipo, modelo, cor, características técnicas e sem definição de marcas (Lei 8666/93)).

4.2.3.7 Projeto de climatização com renovação do ar, nos itens a seguir serão descritos os conteúdos mínimos de cada desenho a ser apresentado

a) Planta de locação dos equipamentos;

b) Detalhes dos elementos;

c) Quadro de especificação;

d) Quadro resumo de materiais

e) Memorial descritivo (deve especificar todos os materiais e serviços a serem executados, estipulando as condições mínimas de qualidade, tipo, modelo, cor, características técnicas e sem definição de marcas (Lei 8666/93)).

4.2.3.8 Projeto urbanístico de sistema viário e acessibilidade, nos itens a seguir serão descritos os conteúdos mínimos de cada desenho a ser apresentado:

a) Planta geométrica das vias, passeios e estacionamentos;

b) Determinação do RN e níveis acabados;

c) Perfil do terreno natural e greide de pavimentação;

d) Detalhamento dos elementos de acessibilidade;

e) Memorial descritivo (deve especificar todos os materiais e serviços a serem executados, estipulando as condições mínimas de qualidade, tipo, modelo, cor, características técnicas e sem definição de marcas (Lei 8666/93))

4.2.3.9 Projeto de drenagem pluvial, nos itens a seguir serão descritos os conteúdos mínimos de cada desenho a ser apresentado:

a) Planta de locação da rede de drenagem;

b) Dimensionamento dos elementos da rede;

c) Perfil da rede de drenagem;

d) Detalhes dos elementos;

e) Detalhe do assentamento da rede;

f) Quadro resumo de materiais;

g) Memorial descritivo (deve especificar todos os materiais e serviços a serem executados, estipulando as condições mínimas de qualidade, tipo, modelo, cor, características técnicas e sem definição de marcas (Lei 8666/93))





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

4.2.3.10 Projeto de terraplanagem, nos itens a seguir serão descritos os conteúdos mínimos de cada desenho a ser apresentado:

- a) Identificação da classe dos materiais a serem movimentados, suprimidos ou importados;
- b) Perfil do terreno natural e greide;
- c) Detalhamento dos taludes;
- d) Seções transversais;
- e) Fator de correção dos volumes;
- f) Identificação de jazidas e bota-foras;
- g) Quadro resumo de materiais;
- h) Memorial descritivo (deve especificar todos os materiais e serviços a serem executados, estipulando as condições mínimas de qualidade, tipo, modelo, cor, características técnicas e sem definição de marcas (Lei 8666/93))

4.2.3.11 Projeto de pavimentação, nos itens a seguir serão descritos os conteúdos mínimos de cada desenho a ser apresentado:

- a) Planta de localização dos tipos de pavimentos;
- b) Detalhamento da seção tipo transversal de pavimento;
- c) Dimensionamento da estrutura de pavimentação;
- d) Quadro resumo de materiais
- e) Memorial descritivo (deve especificar todos os materiais e serviços a serem executados, estipulando as condições mínimas de qualidade, tipo, modelo, cor, características técnicas e sem definição de marcas (Lei 8666/93))

4.2.3.12 Projeto de Sinalização, nos itens a seguir serão descritos os conteúdos mínimos de cada desenho a ser apresentado:

- a) Planta de locação dos elementos;
- b) Detalhamento dos elementos de sinalização horizontal;
- c) Detalhamento dos elementos de sinalização vertical;
- d) Detalhamento dos elementos auxiliares de segurança;
- e) Quadro resumo de materiais
- f) Memorial descritivo (deve especificar todos os materiais e serviços a serem executados, estipulando as condições mínimas de qualidade, tipo, modelo, cor, características técnicas e sem definição de marcas (Lei 8666/93))

4.2.3.13 Projeto de iluminação pública, nos itens a seguir serão descritos os conteúdos mínimos de cada desenho a ser apresentado:

- a) Planta de locação dos elementos;
- b) Planta do traçado da infraestrutura e indicação dos condutores;
- b) Plantas de detalhes dos elementos;
- c) Esquemas, diagramas, quadros de carga e alimentação;
- d) Relação e quantitativos de materiais, serviços e equipamentos;
- e) Memorial descritivo (deve especificar todos os materiais e serviços a serem executados, estipulando as condições mínimas de qualidade, tipo, modelo, cor, características técnicas e sem definição de marcas (Lei 8666/93)).

4.2.3.14 Orçamento referência:

- a) Planilha orçamentária (detalhada item a item, contendo identificação da obra, identificação do responsável





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

pelo orçamento, fonte de pesquisa (preferencialmente SINAPI), descrição das atividades (agrupadas conforme classificação do SiMEC, quantidade, unidade de medida (não podendo utilizar verba, ponto ou outra unidade que não caracterize com objetividade os serviços pretendidos), custo unitário de mão de obra, custo total de mão de obra, custo unitário de material, custo total de material, total da atividade sem LDI, total da atividade com LDI,) (OF 124 CGINF)

- b) Composição do LDI da obra
- c) Composição do LDI de equipamentos
- d) Declaração de compatibilidade de preços
- e) Pesquisa de mercado (se necessário)
- f) Arquivo de quantitativos aberto
- g) Determinação do percentual de subcontratação

4.2.3.15 Cronograma físico-financeiro

4.2.3.16 Atividades complementares:

- a) Anotação de responsabilidade técnica de cada projeto, orçamento e memorial;
- b) Aprovação de cada projeto nos devidos órgãos competentes na esfera municipal, estadual e federal;
- c) Fornecimento das cópias aprovadas nos devidos órgãos competentes na esfera municipal, estadual e federal;
- d) Executar outros serviços correlatos com o objeto da licitação para que sejam atendidas todas as exigências legais;
- e) Elaboração da minuta para habilitação técnica;
- f) Determinação do percentual de subcontratação;
- g) Obtenção da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia Geral de projeto classe A;
- h) Compatibilização dos projetos com emissão de ART ou RRT de compatibilização.

4.2.4 Os projetos de arquitetura e engenharia a serem elaborados deverão obedecer rigorosamente:

4.2.4.1 às normas e especificações constantes deste caderno;

4.2.4.2. às normas da ABNT - NBR;

4.2.4.3. às disposições legais do Estado de Santa Catarina e do Município contemplado;

4.2.4.4. aos regulamentos das empresas concessionárias do Estado de Santa Catarina;

4.2.4.5. às prescrições e recomendações dos fabricantes;

4.2.4.6. às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;

4.2.4.7. às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;

4.2.4.8. às práticas SEAP – Projetos, construção e manutenção;

4.2.4.9. às qualificações de materiais do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H);



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

4.2.5 Para elaboração das estratégias sustentáveis deverão ser seguidos os manuais e recomendações do CBCS (Conselho Brasileiro de Construção Sustentável).

4.2.6 Quaisquer dos itens mencionados e não incluídos nos desenhos dos projetos fornecidos, ou vice-versa, terão a mesma significação como se figurassem em ambos, sendo a elaboração de responsabilidade do CONTRATADO.

4.2.7 O projeto básico deverá ser voltado para a construção sustentável, por meio de soluções que minimizem o impacto ambiental da construção, com a escolha de materiais e tecnologias de baixo impacto ambiental, que promovam a conservação e o uso racional da água, a eficiência energética e sempre que possível a utilização de produtos com certificação ambiental.

4.2.8 Todos os projetos a serem desenvolvidos e os materiais a serem empregados deverão estar inseridos num conceito sistêmico de sustentabilidade, ou seja, a prioridade é a utilização de soluções e técnicas sustentáveis, ecologicamente corretas, sempre que esse uso for justificado pela pertinência dos tipos de material e equipamentos ao contexto do projeto e da região que eles estão inseridos. Para isso, o CONTRATADO deverá lançar mão de consultorias especializadas na área de projetos sustentáveis, já previstas na proposta a ser apresentada ao CONTRATANTE.

4.2.9 Os casos não abordados serão definidos pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão.

4.2.10 As especificações de materiais e soluções adotadas nos projetos deverão ser elaboradas visando equilibrar economia e desempenho técnico, considerando custos de fornecimento e de manutenção, sem prejuízo da qualidade e vida útil dos componentes da edificação.

4.2.11 Não será levada em conta reclamação ou solicitação de alteração dos preços constantes da proposta do CONTRATADO, salvo motivo devidamente justificado.

4.2.12 O CONTRATADO deverá possuir ou providenciar os equipamentos, os materiais, a mão de obra (inclusive os encargos sociais), os insumos, o transporte e tudo mais que for necessário para a elaboração dos projetos, sejam eles estudos preliminares, básicos ou executivos. Os custos relativos a esses itens deverão estar embutidos nos respectivos preços unitários.

4.2.13 Também serão de responsabilidade do CONTRATADO todos os impostos, taxas, emolumentos e encargos necessários à elaboração dos projetos. Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços descritos nesse documento.

4.2.14 Cumprir ao CONTRATADO providenciar o pessoal habilitado necessário para a execução dos trabalhos até o cumprimento integral do contrato.

4.2.15 O recebimento dos projetos está condicionado à apresentação da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou RRT, quitada. Os representantes da FISCALIZAÇÃO darão suas instruções diretamente ao responsável do CONTRATADO ou seu preposto.

4.2.16 A equipe técnica do CONTRATADO responsável pelos serviços deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à elaboração dos projetos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

4.2.16.1 A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica do CONTRATADO, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.

4.2.17 Para os serviços objetos destas especificações e projetos, caberá ao CONTRATADO utilizar profissionais das áreas de projetos de instalações prediais que assegurem que a solução a ser adotado pelo CONTRATADO esteja traduzida em projetos bem dimensionados/ equacionados, sejam as soluções convencionais ou as soluções ecologicamente corretas.

4.2.18 Todas as cópias, plotagens e mídias necessárias à análise dos projetos pela FISCALIZAÇÃO ou à aprovação do projeto legal serão providenciadas pelo CONTRATADO, às suas exclusivas custas.

4.2.19 É de responsabilidade da CONTRATADA a compatibilização entre o projeto arquitetônico, os projetos complementares, memoriais descritivos, planilha orçamentária e demais itens que se fizer necessário, com a devida apresentação de ART ou RRT de compatibilização de projetos. Caso Os itens supracitados apresentarem qualquer incompatibilidade detectada durante a fase de execução das possíveis obras a serem realizadas deverão ser revistos e compatibilizados, em tempo hábil, pelos projetistas, sem custos adicionais ao CONTRATANTE.

4.2.20 O CONTRATADO, após a entrega dos projetos, orçamentos e memoriais previstos nas presentes especificações, deverá prover esclarecimento de dúvidas referentes aos projetos, orçamentos e memoriais durante a execução da obra, quando solicitado, sem ônus à CONTRATANTE.

4.2.21 O CONTRATANTE deterá o direito de propriedade intelectual dos projetos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas. O direito será transferido para o CONTRATANTE de forma expressa e permanente no próprio ato de recebimento de cada parcela. Assim, o CONTRATANTE pode distribuir, alterar e utilizar os projetos sem limitações.

4.2.22 O CONTRATANTE deterá os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penas cabíveis.

4.2.23 A Contratada deverá apresentar o memorial descritivo em conjunto com as especificações de materiais do projeto englobarão as normas a serem seguidas, os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados.

4.2.24 O CONTRATADO deverá entregar à CONTRATANTE os projetos básicos, devidamente registrados na entidade profissional competente e assinados pelo profissional responsável, que permitam a contratação da execução das obras das instalações.

4.2.25 Os projetos deverão ser avaliados pela CONTRATANTE.

4.2.26 Os projetos deverão indicar todos os elementos necessários à realização da obra.

4.2.27 A Contratada deverá apresentar a Planilha detalhada com especificações dos serviços, quantitativos, custo unitário, custo total, código SINAPI correspondente, declaração de compatibilidade da planilha com



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

este e detalhamento da composição do LDI de acordo com o acórdão 325/2007 do TCU.

4.2.28 A Contratada deverá apresentar a Programação das atividades que serão realizadas durante a construção, contemplando a duração dos serviços especificados no memorial descritivo e seus respectivos valores gastos ao longo do tempo em cada uma destas atividades

4.2.29 Os Projetos definitivos deverão ser apresentados em pastas identificadas e da seguinte forma:

4.2.29.1 Arquivos abertos, gravados em CD ou DVD (02 cópias), devidamente identificados por prédio;

4.2.29.2 Arquivos de desenho (todos projetos), com terminação *.dwg;

4.2.29.3 Arquivos do programa de cálculo estrutural, em sua completude, para consultas futuras;

4.2.29.4 Arquivos de texto (Memorial Descritivo), com terminação *.odt ;

4.2.29.5 Arquivos de planilha eletrônica (Orçamento e Cronograma Físico-financeiro), com terminação *.ods;

4.2.29.6 Projetos em 05 (cinco) cópias plotadas, assinadas, carimbadas e aprovadas junto aos órgãos competentes (bombeiros, prefeituras, etc);

4.2.29.7 Memoriais Descritivos em 05 (cinco) cópias carimbadas e assinadas por profissional responsável.

4.2.30 Os desenhos e documentos a serem elaborados deverão respeitar as normas técnicas pertinentes, especialmente as Normas NBR 6492 (Arquitetura), além das normas de desenho técnico.

4.2.31 Os desenhos e documentos conterão na parte inferior ou superior, no mínimo, as seguintes informações:

4.2.31.1 Identificação da CONTRATANTE;

4.2.31.1.2 Identificação da CONTRATADA e do autor do projeto: nome, registro profissional e assinatura;

4.2.31.1.3 Identificação da edificação: nome e localização geográfica;

4.2.31.1.4 Identificação da etapa de projeto;

4.2.31.1.5 Identificação do documento: título, data da emissão e número de revisão;

4.2.31.2 Demais dados pertinentes.

4.2.31.2.1 A CONTRATADA deverá emitir os desenhos e documentos de projeto em obediência a eventuais padrões previamente definidos pela CONTRATANTE.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

4.2.31.2.2 Os desenhos de projeto deverão ser apresentados através de tecnologia digital (software AutoCad em versão até 2010). A entrega final dos desenhos e documentos de projeto deverá ser realizada em meio digital, acompanhados de cinco jogos de cópia em papel. (ACRÉSCIMO)

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1 Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar todos os documentos do edital, sendo recomendada a verificação das normas e legislações dos municípios onde possivelmente serão executadas as obras, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

5.2 Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidas não poderão constituir pretexto para o CONTRATADO pretender cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários. Considerar-se-á O CONTRATADO como altamente especializado nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado no valor global da sua proposta, informações, complementações e consultorias técnicas por acaso omitidas nos projetos, mas implícitas e necessárias ao perfeito e completo detalhamento dos projetos em questão.(ACRÉSCIMO)

6 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.6 O licitante deverá apresentar junto aos demais documentos de habilitação a declaração de visita técnica realizada ou não realizada para conhecimento das instalações e local de implantação do objeto.

6.7 A Licitante deverá apresentar como requisito de habilitação:

6.7.1 Declaração em nome da licitante relacionando os nomes dos membros da equipe técnica que se responsabilizarão pela execução do objeto e do preposto técnico.

6.7.1.1 No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Contratante.

6.7.2 Certidão de registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, em nome da licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste a área de atuação compatível com a execução do objeto do Edital, emitida pelo CREA ou CAU da jurisdição da sede da licitante, (nos termos do Inciso I, Artigo 30 da Lei 8.666/93);

6.7.3 Certidão de registro de pessoa física no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, em nome dos membros da equipe técnica que se responsabilizarão pela execução do objeto e do preposto técnico com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste a área de atuação compatível com a execução do objeto do Edital, emitida pelo CREA ou CAU da jurisdição da sede da licitante, (nos termos do Inciso I, Artigo 30 da Lei 8.666/93);

6.7.4 As certidões de registro no CREA ou CAU emitidas via Internet somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de veracidade pelo mesmo meio (Internet), podendo a Comissão, se





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

julgar necessário, efetuar a confirmação durante o transcorrer da sessão.

6.7.5 Pelo menos um **Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão da empresa licitante para executar serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação, devidamente registrado no CREA ou no CAU **onde fique comprovada a sua responsabilidade técnica na execução de serviços com as características constantes neste Termo de Referência** *(nos termos dos incisos I e II; do inciso I do § 1º e § 3º, Artigo 30 da Lei 8.666/93).*

6.7.6 Pelo menos uma Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA ou CAU, em nome dos profissionais elencados como membros da equipe técnica que se responsabilizarão pela execução do objeto, onde fique comprovada a sua responsabilidade técnica na execução de serviços com as características constantes neste Termo de Referência.

6.7.6.1 A certidão do Acervo Técnico – CAT de que trata o subitem acima, expedida com base no Registro de Acervo Técnico – RAT, nos termos da Resolução nº 1025, de 30 de outubro de 2009, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, e Resolução nº 24, de 06 de junho de 2012, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU-BR, será exigida dos profissionais, legalmente habilitados, conforme resolução nº 1.010, de 2005, do CONFEA e Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 do CAU/BR

6.7.6.2 Será admitida a apresentação de atestados em nome de mais de um profissional da equipe técnica que se responsabilizarão pela execução do objeto;

6.7.6.3 Os profissionais detentores dos atestados apresentados em atendimento ao subitem 6.7.6, deverão participar, necessariamente, como responsáveis técnicos pela execução do objeto.

6.7.7 **Comprovante de que o profissional a que se refere o subitem 6.7.1 integra o quadro de pessoal da licitante.**

6.7.7.1 Será considerado integrante do quadro de pessoal da licitante o profissional que for sócio, empregado de caráter permanente, prestador de serviços ou responsável técnico da empresa perante o CREA/CAU. A comprovação de que integra o quadro da licitante será feita: caso sócio, através do contrato social e sua última alteração; caso empregado permanente ou prestador de serviços da empresa, através do Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado ou de qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação da regência da matéria, ou ainda com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

6.7.8 Características consideradas, neste Termo de Referência, como mínimas necessárias para comprovação da capacidade técnica equivalente ou superior ao objeto desta licitação, limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo ao objeto (Súmula nº 263/2011 – TCU), conforme quantidades mínimas a seguir estabelecidas:

GRUPO 1

Projeto de edificação comercial contendo:

6.7.8.1 Projeto Arquitetônico = ou > que 1.000,00m²

6.7.8.2 Projeto estrutural em concreto armado = ou > que 1.000,00m² ou 150,00m³



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

- 6.7.8.3 Projeto estrutural em aço = ou > que 250,00m² ou 4.750,00Kg
- 6.7.8.4 Projeto de instalações prediais de água fria = ou > que 1.000,00m²
- 6.7.8.5 Projeto de coleta de águas pluviais = ou > que 250,00m²
- 6.7.8.6 Projeto de sistema de esgoto sanitário e dejetos = ou > que 1.000,00m²
- 6.7.8.7 Projeto elétrico de baixa tensão = ou > que 1.000,00m² ou 30kVA
- 6.7.8.8 Projeto de cabeamento estruturado = ou > que 1.000,00m² ou 120 pontos
- 6.7.8.9 Projeto de sistema preventivo por extintores = ou > que 1.000,00m²
- 6.7.8.10 Projeto de sistema preventivo por hidrantes = ou > que 1.000,00m²
- 6.7.8.11 Projeto de sistema de canalização de GLP = ou > que 1.000,00m² ou 40Kg
- 6.7.8.12 Projeto de sistema de iluminação e sinalização de abandono de local = ou > que 1.000,00m²
- 6.7.8.13 Projeto de sistema de detecção e alarme de incêndio = ou > que 1.000,00m²
- 6.7.8.14 Elaboração de plano de emergência = ou > que 1.000,00m²
- 6.7.8.15 Projeto de sistema de proteção contra descargas atmosféricas = ou > que 1.000,00m²
- 6.7.8.16 Projeto de climatização = ou > que 1.000,00m² ou 250.000BTUs ou 2.250,00m³/h

GRUPO 2

- 6.7.8.17 Projeto urbanístico de sistema viário = ou > que 700m²
- 6.7.8.18 Projeto de drenagem pluvial = ou > que 700m²
- 6.7.8.19 Projeto de terraplanagem = ou > que 500m³
- 6.7.8.20 Projeto de pavimentação = ou > que 700m²
- 6.7.8.21 Projeto de sinalização viária = ou > que 700m²
- 6.7.8.22 Projeto de iluminação pública = ou > que 700m²

8 DIRETRIZES PARA INCORPORAÇÃO DE SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS NOS PROJETOS

8.1. Todos os projetos deverão adotar medidas que sigam os princípios básicos de uma construção sustentável:

- 8.1.1. Qualidade ambiental interna e externa;**
- 8.1.2. Redução do consumo energético;**
- 8.1.3. Redução dos resíduos;**
- 8.1.4. Redução do consumo de água;**
- 8.1.5. Aproveitamento de condições naturais locais;**
- 8.1.6. Implantação e Análise do Entorno;**
- 8.1.7. Reciclar, reutilizar e reduzir os resíduos sólidos ;**
- 8.1.8. Inovação;**

8.2. Uso Eficiente da Energia → Todos os projetos deverão adotar medidas que resultem em uma redução do consumo energético ou maior eficiência do uso em edifícios:

- 8.2.1. Especificação de equipamentos com menor consumo e melhor eficiência possível para todos os fins;**
- 8.2.2. Iluminação de baixo consumo energético nas áreas comuns de uso contínuo, e iluminação “incandescente” com acionadores por sensor de presença nas áreas de uso esporádico ou intermitente;**
- 8.2.3. Planejamento do consumo energético e utilização de equipamentos para gerar energia em períodos de pico;**
- 8.2.4. Melhor aproveitamento possível da iluminação natural, levando-se em conta a necessidade do seu controle;**





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

8.2.5. Melhor condição de conforto térmico evitando a incidência da radiação solar direta através da adoção de soluções arquitetônicas tipo brises-soleil, venezianas, telas termo-screen externas, prateleiras de luz, etc.;

8.2.6. Implementação e otimização de ventilação natural;

8.2.7. Adoção preferencial de acabamentos claros nas áreas de grande incidência de luz solar;

8.2.8. Tratamento das coberturas do edifício com a implementação das áreas verdes e pinturas reflexivas para diminuir a absorção de calor para o edifício;

8.2.9. Uso de soluções alternativas de produção de energia como a eólica ou a solar, de acordo com as condições locais. A indústria brasileira está se tornando cada vez mais forte na produção de equipamentos para estes fins, tornando viáveis estes projetos.

8.3. Uso Eficiente da Água → Todos os projetos deverão adotar sistemas que reduzam o consumo de água em edifícios:

8.3.1. Captação, armazenamento e tratamento de águas pluviais para reutilização na irrigação, limpeza, refrigeração, sistema de combate a incêndio e demais usos ermitidos para água não potável;

8.3.2. Utilização de bacias acopladas e válvulas especiais com o fluxo opcional por descarga, ou de sistemas a vácuo;

8.3.3. Reaproveitamento das águas de lavagem, com tratamento local, para utilização sanitária.

8.3.4. Utilização de torneiras com acionamento eletrônico ou temporizador por pressão em todas as aplicações passíveis.

8.4. Uso de Materiais Certificados e Renováveis:

8.4.1. Maximização na especificação de materiais sustentáveis objetivando o maior volume possível de utilização de materiais certificados, de manejo sustentável e recicláveis;

8.4.2. Planejamento para maior durabilidade possível nas especificações visando alta performance e evitando obsolescência prematura;

8.4.3. Utilização de materiais cujos processos de extração de matérias primas, beneficiamento, produção, armazenamento e transporte causem menor índice de danos ao meio ambiente e que não estejam baseados em condições de trabalho indignas para os operários.

8.5. Qualidade Ambiental Interna e Externa:

8.5.1. Projetar utilizando técnicas que permitam uma construção mais econômica, menos poluente e que impacte de forma menos agressiva o meio ambiente;

8.5.2. Evitar ao máximo a impermeabilização do solo;

8.5.3. Evitar danos à fauna, flora, ecossistema local e ao meio ambiente;

8.5.4. Planejar toda a obra e futura operação do edifício procurando minimizar a geração de lixo e resíduos;

8.5.5. Evitar todo e qualquer tipo de contaminação, degradação e poluição de qualquer natureza, visual, sonora, ar, luminosa, etc;

8.5.6. Promover a segurança interna e externa do edifício e seus usuários;

8.5.7. Implantação e otimização de todos os recursos para a correta coleta seletiva do lixo visando à reciclagem de materiais e a menor geração de resíduos descartáveis;

8.5.8. Evitar grandes movimentos de terra, preservando sempre que possível a conformação original do terreno;

8.5.9. Elaborar um plano eficiente de drenagem do solo para durante e após a execução





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

das obras, evitando-se danos como erosão ou rebaixamento de lençol freático.

8.6. Soluções que permitam flexibilidade e durabilidade:

8.6.1. Adotar soluções construtivas que garantam maior flexibilidade na construção, de maneira a permitir fácil adaptação às mudanças de uso do ambiente ou de usuário, no decorrer do tempo, e evitar reformas que podem causar grande impacto ambiental, pela produção do entulho;

7.6.2. Adoção de materiais que sejam duráveis, não somente pelas suas características técnicas, mas também em função do seu desempenho e comportamento ao longo do tempo, o que resulta em longevidade para o edifício.

(Fonte: Grupo de Trabalho em Sustentabilidade da Asbea)

9 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E PAGAMENTO

9.1 Os atores envolvidos na gestão e fiscalização contratual estão elencados abaixo:

9.1.1 O gestor do Contrato que terá a função de coordenar das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

9.1.2 O Fiscal Técnico que será responsável pelo acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado,

9.1.3 O Fiscal Administrativo que fará o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

9.1.4 Os contatos serão realizados com a figura do preposto administrativo ou preposto técnico, representante designado pela empresa para tratar de assuntos relacionados a execução do contrato e sanar possíveis inconsistências ou incompatibilidades nas atividades executadas, o preposto técnico também deverá ter conhecimento técnico, de engenharia e/ou arquitetura, suficiente para tratar sobre os assuntos técnicos pertinentes ao objeto contratado.

9.1.5 As comunicações serão realizadas via e-mail, carta registrada (AR), ou dependendo da urgência ou necessidade da celeridade da informação via telefone, sendo que a contratada deverá o tratamento adequado as solicitações em todas as formas de comunicação elencadas.

89.1.6 Os pagamentos serão liberados conforme cada etapa do projeto seja concluída e atestada pela fiscalização.

10. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

10.1 Grupo 01:

10.1.1 O prazo de execução dos serviços será de 150(cento e cinquenta) dias, e seguirá o seguinte cronograma:

10.1.1.1 Os serviços deverão obedecer o seguinte Cronograma Físico de execução:

Grupo 01	Serviços	Prazo em dias				
		0 a 30	31 a 60	61 a 90	91 a 120	121 a 150
1	elaboração de estudo preliminar	x				
2	projeto arquitetônico preliminar	x	x			
3	projeto arquitetônico		x	x	x	
4	projeto estrutural em concreto armado			x	x	
5	projeto estrutural em aço			x	x	
6	projeto de instalações prediais de água fria			x	x	x
7	projeto de coleta de águas pluviais			x	x	
8	projeto de sistema de esgoto sanitário e dejetos			x	x	
9	projeto elétrico de baixa tensão			x	x	
10	projeto de cabeamento estruturado			x	x	
11	projeto de sistema preventivo por extintores			x	x	
12	projeto de sistema preventivo por hidrantes			x	x	
13	projeto de sistema de canalização de glp			x	x	
14	projeto de sistema de iluminação e sinalização de abandono de local			x	x	
15	projeto de sistema de detecção e alarme de incêndio			x	x	
16	elaboração de plano de emergência			x	x	
17	projeto de sistema de proteção contra descargas atmosféricas			x	x	
18	projeto de climatização com renovação do ar			x	x	
19	elaboração de memoriais descritivos			x	x	
20	elaboração de planilha orçamentária referência					x
21	elaboração de cronograma físico-financeiro referência					x
22	atividades complementares			x	x	x

10.1.1.2 O Prazo de vigência contratual será de 360(trezentos e sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato pertinente, considerando as possíveis prorrogações, nos termos da Lei n.º 8.666/93.

10.2 Grupo 02:





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

10.2.1 O prazo de execução dos serviços será de 75(setenta e cinco) dias e seguirá o seguinte cronograma:

10.2.1.1 Os serviços deverão obedecer o seguinte Cronograma Físico de execução:

Grupo 02	Serviços	Prazo em dias				
		0 a 15	16 a 30	31 a 45	46 a 60	61 a 75
23	elaboração de estudo preliminar	x				
24	elaboração de projeto preliminar	x	x			
25	elaboração de projeto urbanístico de sistema viário e acessibilidade		x	x	x	
26	elaboração de projeto de drenagem pluvial			x	x	
27	elaboração de projeto de terraplanagem			x	x	
28	elaboração de projeto de pavimentação			x	x	
29	elaboração de projeto de sinalização			x	x	
30	elaboração de projeto de iluminação pública			x	x	
31	elaboração de memoriais descritivos			x	x	
32	elaboração de planilha orçamentária referência					x
33	elaboração de cronograma físico-financeiro referência					x
34	atividades complementares					x

10.2.1.2 O Prazo de vigência contratual será de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato pertinente, considerando as possíveis prorrogações, nos termos da Lei n.º 8.666/93.

11. VISTORIA

11.1 A vistoria técnica é FACULTATIVA, podendo a licitante realizá-la por intermédio de representante legal.

11.1.1 Optando pela vistoria, o agendamento deverá ser realizado exclusivamente através dos contatos listados abaixo:

LOCAL	Setor	TELEFONE	E-MAIL
IFC Campus Luzerna	Coordenação e Infraestrutura e Serviços	49-3523-4339	infraestrutura@luzerna.ifc.edu.br

11.1.2 A vistoria técnica será realizada em dias úteis, de segunda a sexta-feira, de acordo com o horário de funcionamento de cada unidade, e serão acompanhadas por um servidor do IFC, que assinará a declaração de vistoria técnica apresentada pela licitante, nos termos do modelo constante no Anexo VI do Edital.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

11.1.3 A licitante deverá ficar atenta ao período para agendamento, considerando que o prazo para visita iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a realização do certame.

11.1.4 Nenhuma visita técnica será realizada sem a confirmação de seu agendamento, por e-mail, por parte do servidor responsável.

11.2 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração de que não efetuou a visita técnica, nos termos do modelo constante do Anexo VI do Edital.

11.2.1. Tendo em vista a faculdade de realização de vistoria prévia, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e o grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste pregão.

11.2.1 .1. A fim de se obter uma proposta o mais fiel possível referente aos materiais e equipamentos a serem utilizados, apresentamos no **anexo VI** O RELATÓRIO DE SONDAGEM, O LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO E A PLANTA DO TERRENO

12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações deste Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

12.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.3 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.4 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

12.5 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro; no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

12.7 Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

13 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

13.2 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo compatível o qual caberá a administração da contratante informar, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.3 Manter disponível o preposto administrativo e o preposto técnico para atendimento das solicitações da CONTRATANTE;

12.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

13.7 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

13.8 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

13.9 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

13.10 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

13.11 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.12 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

13.14 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

13.17 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.18 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.19 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010); "responsabilizando-se pelos custos de emissão destas"

13.20 Pagar as taxas referentes as aprovações dos projetos junto aos órgãos competentes nas esferas municipal, estadual e federal, quando se fizer necessário;

13.21 Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

13.22 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.23 Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Termo de Referência, nos termos do artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;

13.24 Assegurar à Contratante, nos termos do Anexo VII-F, Item 6., da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017:

13.24.1 o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

13.24.2 os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13.25 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficiente-



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

temente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

13.26 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Contratante.

14 DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993., e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

16.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.4 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.5 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.6 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.7 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

16.8 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.9 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993

16.10 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

16.10.1 A fiscalização transmitirá suas instruções por intermédio de anotações no Diário de Serviços, especialmente quando verificadas imperfeições, falhas ou irregularidades nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

16.10.2 Caso suas instruções não sejam atendidas, a fiscalização deverá notificar o Gestor do Contrato;

16.10.3 Recebendo a notificação do Fiscal do Contrato, o Gestor do Contrato poderá instaurar processo administrativo para aplicação de penalidades.

16.11 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17 DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 15(quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17.3 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15(quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

17.3.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

17.4 O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

17.4.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e,, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

17.5 . O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização:

17.6 recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

18 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

18.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

18.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

18.1.5 cometer fraude fiscal.

18.1.6 não mantiver a proposta.

18.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

18.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

18.2.2 multa moratória de até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias.

18.2.2.1 em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

18.2.2.2 as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.3 multa compensatória de até **10%** (**dez** por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

18.2.3.1 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

18.2.4 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.5 impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

18.2.6 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3 Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

18.3.1 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.3.2 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.3.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

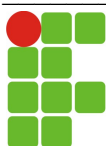
18.5 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.5.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10** (**dez**) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF

19. MEDIDAS ACAUTELADORAS





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

19.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

20. DA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

20.1 O Diretor Geral do Instituto Federal Catarinense Campus Luzerna, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações, Lei nº 10.520/02, de 17/07/02, Decreto nº 5.450/05, de 31/05/2005 aprova o presente termo de referência de procedimento Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico.

Luzerna (SC), 06 de dezembro de 2017

Direção-Geral





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

ANEXO II – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0015/2017

PROCESSO Nº 23475.001366/2017-71

TERMO DE CONTRATO

(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA)

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO Nº XXXXX/201X QUE FAZEM ENTRE
SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA CATARINENSE – CAMPUS
XXXXXX E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

A **UNIÃO**, por intermédio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Luzerna, ente autárquico, com sede no(a), na cidade de /Estado, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no *DOU* de de de, inscrito(a) no CPF nº, portador(a) da Carteira de Identidade nº, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na em doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, Fone/fax: (xx)xxxxxxx, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, bem como da *Instrução Normativa SEGES/MPDG* nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico completo para edificação de um Prédio Multifunção e da pavimentação interna e passeios, contendo a elaboração de projeto arquitetônico e urbanístico, demais projetos complementares, memorial descritivo e orçamento referência para atender as necessidades do Instituto Federal Catarinense – Campus Luzerna conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e demais anexos.**

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 Objeto da contratação:





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

Grupo	Item	Qtde	UN	Descrição	Valor Unitário	Valor Total

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../.....

2.2 A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011

2.3 A execução dos serviços será iniciada (indicar a data ou evento para o início dos serviços), cujas etapas observarão o cronograma fixado no Termo de Referência.

2.4 A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1 O valor total da contratação é de R\$ (.....),

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 20__, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa: 3

PI:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

6. CLÁUSULA SEXTA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

6.1 O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

7 CLÁUSULA SÉTIMA– CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

7.1 A disciplina inerente ao controle e fiscalização da execução contratual é aquela prevista no Termo de Referência, anexo do Edital.

8 CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1 A disciplina inerente ao recebimento do objeto é aquela prevista no Termo de Referência, anexo do Edital.

9 CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 Indenizações e multas.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1 É vedado à CONTRATADA:

12.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN nº 05, de 2017.

13.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

18. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

18.1 É eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Santa Catarina, Subseção Judiciária de Joaçaba/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Local /SC, xx de xxxxxx de XXX

Representante Legal da CONTRATANTE

Representante Legal da CONTRATADA

TESTEMUNHA 01

TESTEMUNHA 02





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

ANEXO III– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0015/2017

PROCESSO Nº 23475.001366/2017-71

TERMO DE NOMEAÇÃO DE PREPOSTO

Contrato nº xxx/2017

Objeto: _____

Por meio deste instrumento, a...(nome da empresa)... nomeia e constitui seu(sua) preposto(a) o(a) Sr.(a) ... (nome do preposto)..., carteira de identidade n.o....., expedida pela, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o n.o, com endereço na, para exercer a representação legal junto ao Instituto Federal Catarinense Campus Luzerna com poderes para receber ofícios, representar a Contratada em reuniões e assinar respectivas atas - obrigando a Contratada nos termos nela constantes, receber solicitações e orientações para o cumprimento do contrato, notificações de descumprimento, de aplicação de penalidades, de rescisão, de convocação ou tomada de providências para ajustes e aditivos contratuais, e todas as demais que imponham ou não abertura de processo administrativo ou prazo para a Contratada responder ou tomar providências, e para representá-la em todos os demais atos que se relacionem específica desta nomeação, que é a condução do contrato acima identificado.

Luzerna, XX de XXXXXXXXXX de 2017

...(nome do representante legal)...
...(qualidade do representante legal – sócio-gerente, diretor, procurador...)
..Nome da empresa)...
CNPJ:

...(Nome do Preposto)...
...(CPF do Preposto)





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

ANEXO IV – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0015/2017

PROCESSO Nº 23475.001366/2017-71

DECLARAÇÃO DE VISTORIA / NÃO VISTORIA
(documento obrigatório para habilitação da empresa)

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº **015/2017** que a empresa (XXXXXXXXXXXXXXXXXX), inscrita no CNPJ/MF sob nº (XXXXXXXXXXXXXXXXXX), sediada na (XXXXXXXXXXXXXXXXXX), representada pelo Sr. (XXXXXXXXXXXXXXXXXX), vistoriou as áreas onde serão executados os serviços, para tomar pleno conhecimento de suas instalações e das dificuldades que os serviços possam apresentar no futuro.

(XXXXXXXXXXXXXXXXXX), em (XX) de (XXXXXXXXXXXXXXXXXX) de (XXXX)

Servidor do órgão

Declaro que me foram apresentadas às áreas e instalações, com acesso a todos os locais e detalhes necessários para a elaboração da proposta comercial, tendo sido fornecidas as informações e esclarecimentos inerentes a esta vistoria, por mim solicitados.

Assinatura do Representante da Licitante

Nome: (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)

Cédula de Identidade: (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)

(XXXXXXXXXXXXXXXXXX), em (XX) de (XXXXXXXXXXXXXXXXXX) de (XXXX)

DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA

Declaro que a empresa XXXXXXXXXXXXX, CNPJ XXXXXXXX, optou por não vistoriar o local de execução dos serviços objeto do Pregão Eletrônico 15/2017 – **UASG 152663**, estando ciente das especificações técnicas e todas as demais exigências para a realização dos serviços licitados, não podendo alegar desconhecimento das condições de operação e realização dos mesmos.

Assinatura do Representante da Empresa

Nome: (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)

Cédula de Identidade: (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)

(XXXXXXXXXXXXXXXXXX), em (XX) de (XXXXXXXXXXXXXXXXXX) de (XXXX)





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE
Campus Luzerna

Rua Vigário Frei João, 550, centro
Luzerna – CEP 89609-000
(49) 3523-4300



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

ANEXO V- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0015/2017

PROCESSO Nº 23475.001366/2017-71

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

(Preencher os valores unitários de cada item do grupo)

[EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA]

Razão Social: _____

CNPJ _____

Endereço _____

Fone/Fax _____ e-mail _____

Banco, a Agência e número da Conta Corrente: _____

GRUPO 01					
ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	Valor Unitário	Valor Total
01				R\$	R\$
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
TOTAL GRUPO				R\$	

GRUPO 02					
ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	Valor Unitário	Valor Total
22				R\$	R\$
23					
24					
25					
26					





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

27					
28					
29					
30					
31					
32					
33					
34					
35					
36					
37					
38					
39					
40					
41					
42					
TOTAL GRUPO				R\$	

TOTAL GERAL	R\$
--------------------	------------

Declaramos que o prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias a partir da entrega definitiva da proposta, nos termos do edital.

Declaramos que os preços apresentados são absolutamente líquidos, já incluídos todos os custos, diretos ou indiretos inerentes ao objeto, como salários, tributos, encargos sociais, fretes, material, dentre outros, nos termos do edital.

DATA: ____ / ____ /2017.

ASSINATURA/ CARIMBO EMPRESA





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Campus Luzerna

ANEXO VI– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0015/2017

PROCESSO Nº 23475.001366/2017-71

**RELATÓRIO DE SONDAGEM, PLANO ALTIMÉTRICO E PLANTA DOS TERRENOS DO IFC
CAMPUS LUZERNA.**

Por razões técnicas O Relatório de Sondagem, Plano Altimétrico e Planta dos Terrenos do IFC Campus Luzerna encontram-se a disposição dos interessados junto a comissão de licitação do IFC Campus Luzerna, ou no site <http://www.luzerna.ifc.edu.br> – Administrativo – CLC – Pregão Eletrônico .

